

Outro militar manifesta-se contra projeto

**RIO
AGÊNCIA ESTADO**

O brigadeiro Deoclécio Lima de Siqueira, ministro do Superior Tribunal Militar, também se manifestou contra a proposta da Comissão Provisória de Estudos Constitucionais referente à Forças Armadas e afirmou ontem que a menção a suas responsabilidades nos campos externo e interno deve ser mantida na nova Constituição. Para o brigadeiro, as Forças Armadas são instituições apolíticas, nacionais e se destinam "à defesa da soberania, dos poderes constitucionais, da lei e da ordem".

Deoclécio ressaltou, contudo, que as Forças Armadas devem permanecer sob o comando do presidente da República "e dentro da ordem jurídica democrática, que deve dar o respaldo para suas atividades". Nesse sentido, disse que "as ditaduras não são boas nem mesmo para a formação dos militares, porque não asseguram nem mesmo uma profissionalização no nível desejado".

O jurista Miguel Reale Jr. disse, por sua vez, que "as Forças Armadas devem ser co-responsáveis, sob o comando do presidente da República, e ao lado do Legislativo, pela manutenção da ordem constitucional". Reale Jr., que é membro da Comissão Provisória de Estudos Constitucionais, não apoiou, no entanto, a proposta de alteração da missão das Forças Armadas. Já o procurador-geral da República, Sepúlveda Perence, defendeu que a comissão substitua a atribuição das Forças Armadas por "outra tão eficaz quanto, e eficaz dentro do regime democrático". A seu ver, "o documento aprovado pela comissão prevê que as Forças Armadas se destinam à proteção da soberania do País e integridade de seu território e dos poderes constitucionais". E alguns assessores militares que analisaram a questão sustentaram que a Força Armada tem o direito de expressar sua opinião.